



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

EDITAL

HABILITAÇÃO: Para habilitação neste pregão serão verificadas a:
Regularidade FISCAL e TRABALHISTA (Ver item "Habilitação")
Qualificação técnica (Ver item "Habilitação")

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2022 (Processo Administrativo nº 23088.016016/2022-31)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI – Campus Itajubá/MG

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, Campus Itajubá/MG, por meio da Diretoria de Compras e Contratos - DCC, sediada na Avenida BPS, 1303, Bairro Pinheirinho, localizada no 3º andar do Prédio da Administração Central, Itajubá/MG, CEP: 37.500-903, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por grupo, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 21/07/2022

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro total para os veículos da frota oficial da Universidade Federal de Itajubá, Campus Itajubá, com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24h (vinte e quatro horas), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 16 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

UASG: 153030

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 169416

Elemento de Despesa: 33.90.39



3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.1.2 Para itens cujo valor esteja no limite daquele previsto para a concessão de tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, a participação será exclusiva para essas empresas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2. **Não poderão participar desta licitação** os interessados:
- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)



4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.



4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema e concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou



indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, se prevista no Termo de Referência;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

6.4. ***A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários.*** Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 *cotação de percentual menor* que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 *cotação de percentual maior* que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. ***Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.***

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas



necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.



- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.26.1 prestados por empresas brasileiras;
- 7.26.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



7.26.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.1.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços poderá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final.

8.2.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.2.2. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.3. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor**, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.3.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.3.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.3.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.3.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Termo de Referência, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.4.1. ***Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:***

8.3.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da



licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.10. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



8.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da *proposta classificada em primeiro lugar*, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

9.1.2. A consulta ao CNJ será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. **Atendidas as condições de participação, a habilitação será verificada por meio da seguinte documentação:**

Documentos para habilitação:	
HABILITAÇÃO	DOCUMENTAÇÃO
Regularidade FISCAL e TRABALHISTA (SICAF – Habilitação Parcial)	<ul style="list-style-type: none">➤ Fazenda Federal;➤ Municipal (se for isento, apresentar documento de isenção emitido pela Fazenda Municipal);➤ INSS;➤ FGTS;➤ Justiça do Trabalho (CNDT).
Qualificação técnica (ver item correspondente abaixo)	<ul style="list-style-type: none">➤ Registro ou inscrição na SUSEP conforme 21.3.2, 21.3.3 e 21.3.4 do Termo de Referência;➤ Qualificação técnica operacional: Atestados ou declarações, conforme 21.3.1 do Termo de Referência.
Outros	<ul style="list-style-type: none">➤ Atestado de vistoria ou declaração de conhecimento das condições.
ATENÇÃO: 1. Os documentos que estiverem <i>irregulares, pendentes, não inclusos, vencidos ou inexistentes no SICAF, deverão ser regularizados (no SICAF) ou encaminhados concomitantemente com a proposta e exclusivamente por meio do sistema, sob pena de inabilitação;</i> 2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação fiscal e trabalhista, ainda que haja alguma restrição em sua regularidade, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006; 3. Todos os documentos devem se apresentar devidamente regulares e vigentes, observado o tratamento diferenciado dado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006).	

9.2.1. A licitante que desejar realizar sua HABILITAÇÃO PARCIAL mediante o SICAF, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, **ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta inicial**, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.2.4. A documentação referente para cada nível de cadastramento no SICAF encontra-se prevista no Manual do Sicaf e disponível no Portal de Compras do Governo Federal.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação **complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.



9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Além dos documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista (ver tabela acima), também deverão constar no SICAF, devidamente atualizados, *ou serem encaminhados concomitantemente com a proposta inicial, via sistema, e nos termos deste edital, os documentos relacionados nos itens a seguir:*

9.8. **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.8.1. Não será exigida.

9.9. **Qualificação Técnica:**

9.9.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e Certidões conforme cláusulas 21.3.2, 21.3.3 e 21.3.4 do Termo de Referência.

9.9.2. **Capacidade Técnica-Operacional:**

9.9.2.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestados conforme Cláusula 21.3.1 do Termo de Referência.

9.9.3. **Capacidade Técnica-Profissional:**

9.9.3.1 Não Será Exigida.

9.9.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigido no Termo de Referência.

9.9.4.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.10. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



9.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.17.3. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado.

10 DOS RECURSOS

10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



14 DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. A Administração encaminhará o termo de contrato, para assinatura, por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. Caso as assinaturas sejam apostas digitalmente, o envio para a UNIFEI será por meio eletrônico, para o e-mail: pregoeiro@unifei.edu.br.

14.2.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.2.4. Caso as assinaturas sejam apostas digitalmente, o envio para a UNIFEI será por meio eletrônico, para o e-mail: pregoeiro@unifei.edu.br.

14.3. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.4. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15 DO REAJUSTE

15.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



18 DO PAGAMENTO

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18.2. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

19.1.3. apresentar documentação falsa;

19.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.6. não mantiver a proposta;

19.1.7. cometer fraude fiscal;

19.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

19.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.3.4.2. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

19.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à



apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiro@unifei.edu.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Av. BPS, 1303, CEP: 37500-903, Bairro Pinheirinho, Itajubá/MG, Campus Prof. José Rodrigues Seabra, Diretoria de Compras e Contratos – DCC, 3º andar do Prédio da Administração Central.

20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



20.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. Entende-se por **documentos complementares** àqueles que não poderão ser os já exigidos neste instrumento convocatório. Em outras palavras, não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos. Permite-se, apenas, a solicitação de documentos outros para confirmação dos já apresentados, seja em relação à proposta ou habilitação.

21.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXOS - Termo de Referência, Estudos Preliminares, Mapa de Riscos, Instrumento de Medição de Resultado - IMR Anexo V-B da IN SEGES/MPDG N.5/2017 e Minuta de Termo de Contrato.

Itajubá, 8 de julho de 2022.

Nadir Pereira Dias
Pregoeira



ANEXO I - Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI – Campus Itajubá/MG (Processo Administrativo n.º 23088.016016/2022-31)

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro total para os veículos da frota oficial da Universidade Federal de Itajubá, Campus Itajubá, com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24h (vinte e quatro horas), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

CATSER 22764

Fonte: 8100 000000

Programa de Trabalho: 169416

Elemento de Despesa: 33.90.39

Subelemento de Despesa: 69

Nº no PGC: 1309

GRUPO 01 (ITENS DE 01 a 16)					
Item	Especificação	unid	quant	Valor unit	Valor total R\$
01	<p>GM SPIN 1.8 LT AUT 4P, fabricação 2013 /Modelo 2014, 05 lugares, Flex / Placa: GMF-7587 Chassi: 9BGJB75ZOEB130636</p> <p>Importância a segurar:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% data-bela FIPE;• Franquia máxima de R\$ 2.300,00 com seguro da franquia ou franquia igual à zero no primeiro sinistro;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro;• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:• Guincho sem limite de quilometragem;• Oficina de livre escolha do segurado;• Assistência aos ocupantes (transporte à origem ou ao destino). <p>Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas</p>	serv	01	1.390,74	1.390,74



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

	(servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.				
02	GM SPIN 1.8 LT AUT 4P, 05 lugares, FlexFabricação 2014 / Modelo 2015 / Placa: GMF-7873 / Chassi: 9BGJB75ZOFB137716 Importância a segurar: <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia máxima de 2.300,00;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros doveículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 15.000,00 por passageiro;• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:• Guincho sem limite de quilometragem;• Oficina de livre escolha do segurado; Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.	serv	01	1.436,13	1.436,13
03	GM ZAFIRA ELEGANCE 2.0 AUT 4P, Flex - fabricação 2007 / Modelo 2008 Placa: HCM 3736 Chassi: 9BG TU75W08C102101 Importância a segurar: <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia máxima de R\$ 2.300,00;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros doveículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 15.000,00 por passageiro;• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:<ul style="list-style-type: none">○ Guincho sem limite de quilometragem;○ Oficina de livre escolha do segurado; Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.	serv	01	1.198,61	1.198,61
	GM ZAFIRA ELEGANCE 2.0 AUT 4P, Flex - fabricação 2009 / Modelo 2010Placa: HIG-2068 Chassi: 9BG TU75C0AC170209 Importância a segurar: <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia máxima de R\$ 2.300,00;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos				



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

04	<p>Corporais a Terceiros = R\$200.000,00;</p> <ul style="list-style-type: none">• Acidentes Pessoais para Passageiros doveículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 15.000,00 por passageiro;• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:<ul style="list-style-type: none">○ Guincho sem limite de quilometragem;○ Oficina de livre escolha do segurado; <p>Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.</p>	serv	01	1.254,57	1.254,57
05	<p>GM ZAFIRA ELEGANCE 2.0 AUT 4P, fabricação 2011 / Modelo 2012, Flex - Placa: GMF 6761 - Chassi: 9BGU75J0CC133669</p> <p>Importância a segurar:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia máxima de R\$ 2.300,00 comseguro da franquia ou franquia igual à zero noprimeiro sinistro;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros doveículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro;• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:• Guincho sem limite de quilometragem;• Oficina de livre escolha do segurado;• Assistência aos ocupantes (traslado àorigem ou ao destino) <p>Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.</p>	serv	01	1.297,15	1.297,15
06	<p>GM ZAFIRA ELEGANCE 2.0 AUT 4P, fabricação 2009 / Modelo 2010, Flex Placa: HLF 6765 - Chassi: 9BGU75J0CC133485</p> <p>Importância a segurar:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia máxima de R\$ 2.300,00 comseguro da franquia ou franquia igual à zero noprimeiro sinistro;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros doveículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro;	serv	01	1.254,57	1.254,57



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

	<ul style="list-style-type: none">Danos morais: R\$ 50.000,00Assistência 24 horas com:Guincho sem limite de quilometragem;Oficina de livre escolha do segurado;Assistência aos ocupantes (traslado à origem ou ao destino) <p>Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.</p>				
07	<p>CHEVROLET S10 LT DD4A, Fabricação 2014/ Modelo 2015, Diesel Placa: GMF-7878 - Chassi: 9BG148FK0FC404236</p> <p>Importância a segurar:</p> <ul style="list-style-type: none">Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;Franquia máxima de R\$ 2.300,00 com seguro da franquia ou franquia igual à zero no primeiro sinistro;Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00; <p>Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro;</p> <ul style="list-style-type: none">Danos morais: R\$ 50.000,00Assistência 24 horas com:Guincho sem limite de quilometragem;Oficina de livre escolha do segurado;Assistência aos ocupantes (traslado à origem ou ao destino) <p>Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.</p>	serv	01	2.500,26	2.500,26
08	<p>CHEVROLET S10 RODEO 2.8 , Fabricação 2010/ Modelo 2011, Diesel Placa: GMF-6F82</p> <p>Chassi: 9BG138ZJOB441226</p> <p>Importância a segurar:</p> <ul style="list-style-type: none">Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;Franquia máxima de R\$ 2.300,00 com seguro da franquia ou franquia igual à zero no primeiro sinistro;Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00; <p>Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro;</p> <ul style="list-style-type: none">Danos morais: R\$ 50.000,00Assistência 24 horas com:Guincho sem limite de quilometragem;	serv	01	1.935,37	1.935,37



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

	<ul style="list-style-type: none">• Oficina de livre escolha do segurado;• Assistência aos ocupantes (traslado à origem ou ao destino) Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.				
09	CHEVROLET S10 RODEO 2.8 , Fabricação 2011/ Modelo 2011, DieselPlaca: GMF-6I41 Chassi: 9BG138ZJOB483571 Importância a segurar: <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia máxima de 2.300,00 com seguro da franquia ou franquia igual à zero no primeiro sinistro;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00; Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro; <ul style="list-style-type: none">• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:• Guincho sem limite de quilometragem;• Oficina de livre escolha do segurado;• Assistência aos ocupantes (traslado à origem ou ao destino) Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.	serv	01	1.935,37	1.935,37
10	FIAT DOBLÔ 1.8 16V, Fabricação 2011 /Modelo 2012, 02 lugares, Flex Placa: HKF-5731 - Chassi: 9BD223156C2025798 Importância a segurar: <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia máxima de R\$ 2.300,00 com seguro da franquia ou franquia igual à zero no primeiro sinistro;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00; Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro; <ul style="list-style-type: none">• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:• Guincho sem limite de quilometragem - Oficina de livre escolha do segurado;• Assistência aos ocupantes (traslado à origem ou ao destino)• Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00	serv	01	1.576,91	1.576,91



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

	(retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos) e materiais. Carro reserva (30 dias) porte médio.				
11	FIAT STRADA TREK CE FELX, Fabricação 2006/modelo 2007 Placa: HCM-2866 Chassi: 9BD27807D72517294 Importância a segurar: <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia máxima de R\$ 2.300,00;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 15.000,00 por passageiro;• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:• Guincho sem limite de quilometragem; Oficina de livre escolha do segurado; Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.	serv	01	1.170,72	1.170,72
12	FIAT STRADA WORKING CE, Fabricação 2013/modelo 2013 Placa: OQ08B41 Chassi: 9BD27855MD7699425 Importância a segurar: <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia máxima de R\$ 2.300,00;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 15.000,00 por passageiro;• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com: Guincho sem limite de quilometragem; <ul style="list-style-type: none">• Oficina de livre escolha do segurado; Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.	serv	01	1.450,27	1.450,27
	IVECOFIAT/3510 GC MIC20 – PAS/MICRO-ONIBUS / Diesel, Fabricação 2006/modelo 2006, Placa JGK-1123/ CHASSI: 93ZC3890168322588. Importância a segurar:				



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

13	<ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia de casco máxima de R\$4.000,00• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos materiais Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro;• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:• Guincho sem limite de quilometragem;• Oficina de livre escolha do segurado• Assistência aos ocupantes (transporte à origem ou ao destino)• Danos a vidros, com franquias de R\$350,00 (para-brisas e vidro traseiro). <p>Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos) e materiais.</p>	serv	01	1.336,55	1.336,55
14	<p>MERCEDES BENZ SPRINTER 515-CDI VANT.ALTO2.2 BI-TURBO18L, Fabricação 2013 / Modelo 2013, 18 lugares, diesel, 04 portasPlaca: GMF-7664 Chassi: 8AC906655DE078985</p> <p>Importância a segurar:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia de casco máxima de R\$4.000,00• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos materiais Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro;• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:• Guincho sem limite de quilometragem;• Oficina de livre escolha do segurado• Assistência aos ocupantes (transporte à origem ou ao destino)• Danos a vidros, com franquias de R\$350,00 (para-brisas e vidro traseiro). <p>Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos) e materiais.</p>	serv	01	2.824,58	2.824,58
15	<p>Renault Fluence PRIVILEGE 2.0 16V AUT 4P,Fabr.2013/Mod. 2014, 05, Flex Placa: OWQ-1913 Chassi: 8A1LZBW3TEL874540</p> <p>Importância a segurar:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia máxima de R\$ 2.300,00 com seguro da franquia ou franquia igual à zero no primeiro sinistro;• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado	serv	01	1.314,19	1.314,19



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

	com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro; <ul style="list-style-type: none">• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:• Guincho sem limite de quilometragem;• Oficina de livre escolha do segurado;• Assistência aos ocupantes (traslado à origem ou ao destino) Danos a vidros, retrovisores, faróis e lanternas com franquias de R\$ 150,00 (para- brisas e vidro traseiro), R\$ 100,00 (retrovisores), R\$ 150,00 (faróis, incluindo os de neblina) e R\$ 100,00 as lanternas (todas). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos). Carro reserva (30 dias) porte médio.				
16	VW CAMINHÃO 9.150 ELETRONIC 2 EIXOS, 03 lugares, baú, Diesel. Fabricação 2007 / Modelo 2008 Placa: GMF-5378 Chassi: 9BWGA62R58R810800 Importância a segurar: <ul style="list-style-type: none">• Cobertura Compreensiva com 100% da tabela FIPE;• Franquia de casco máxima de R\$4.000,00• Danos Materiais a terceiros = R\$ 200.000,00 e Danos materiais Danos Corporais a Terceiros = R\$ 200.000,00;• Acidentes Pessoais para Passageiros do veículo segurado com assistência médica e hospitalar até o limite contratado = R\$ 25.000,00 por passageiro;• Danos morais: R\$ 50.000,00• Assistência 24 horas com:• Troca de pneus;• Guincho sem limite de quilometragem;• Oficina de livre escolha do segurado• Assistência aos ocupantes (traslado à origem ou ao destino)• Danos a vidros, com franquias de R\$350,00 (para- brisas e vidro traseiro). Uso do veículo: transporte não remunerado de pessoas (servidores e alunos) e materiais. <ul style="list-style-type: none">• Baú de alumínio: 5,50m X 2,20m X 2,25m, com valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).• Plataforma elevatória: capacidade de carga mínima para 1200 Kg, comprimento aproximado: 1800mm, largura aproximada: 2200mm, com valor de R\$ 10.729,98 (dez mil, setecentos e vinte e nove reais e oito centavos).	serv	01	3.004,82	3.004,82
Total Global (R\$)					26.880,81



- 1.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de seguro veicular total para frota oficial da Unifei, campus Itajubá.
- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações e quantidades dos itens descritos no Comprasnet e as constantes neste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos preços máximos aceitáveis, tanto unitários quanto totais, são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Global*.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93.
- 1.6. A licitação será realizada em grupo único, formados por **16** itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Da necessidade e objetivo da contratação: justifica-se a necessidade da contratação tendo em vista que os veículos constantes deste Termo de Referência integram a frota oficial da Unifei, sendo utilizados exclusivamente, na execução das atividades institucionais voltadas ao transporte de servidores, alunos e materiais. Nesse sentido, a contratação de seguro veicular visa tanto proteger o patrimônio da Unifei, como também respaldá-la caso a mesma seja responsabilizada em algum incidente envolvendo seus veículos. Ademais, este tipo de seguro abrange o serviço de assistência 24 horas ao veículo e seus ocupantes em caso de pane ou sinistro.
- 2.2. Das especificações técnicas do serviço: emissão de apólice de seguro para os veículos constantes da tabela acima.
- 2.3. Do quantitativo do serviço demandado: o quantitativo refere-se aos veículos pertencentes a frota oficial da Unifei/Campus Itajubá.
- 2.4. Do Regime de Execução adotado: *a presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global*.
- 2.5. Da forma de adjudicação: Global
- 2.6. Do **agrupamento/lotes**: O agrupamento proposto de todos os veículos da Unifei/Campus Itajubá em um único GRUPO, visa atingir economicidade na contratação tendo em vista que a prestação do serviço por único fornecedor implicará em menor custo, em contraposição à aquisição ou contratação segmentada.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de seguro veicular para frota oficial da Unifei/Campus Itajubá.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. *Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.*
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º



do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte: *(requisitos necessários para o atendimento da necessidade)*: A empresa contratada deverá cumprir os normativos expedidos pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) para a emissão das apólices de Seguro.

5.1.1. *(critérios e práticas de sustentabilidade)*: Foi consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – 4ª Edição da AGU porém não foram encontrados critérios de sustentabilidade aplicáveis a este objeto.

5.1.2. *(duração inicial do contrato)*: 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

5.1.3. *(eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas)*: não se aplica.

5.1.4. *(quadro com soluções de mercado)*

5.2. *Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.*

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

5.4. A contratada deverá emitir apólice de seguros no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da nota de empenho.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16. horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. Caso queira, a licitante poderá agendar a vistoria através do telefone 35 – 3629 1676.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Após celebração do Contrato, a empresa deverá indicar preposto responsável pela comunicação entre a Administração e a Contratada.

7.1.2. Após celebração do Contrato, a Administração será responsável por emitir as notas de empenho e encaminhá-la à Contratada.

7.1.3. A contratada deverá emitir apólice de seguros com vigência de 06/08/2022 a 06/08/2023.

7.1.4. As apólices serão emitidas com as coberturas mínimas descritas neste Termo de Referência.

7.2. Quanto a subcontratação:

7.3. Não será permitida subcontratação de parte do Objeto.

7.4. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

7.5. Os veículos serão reparados preferencialmente em concessionárias autorizadas da marca, em caso de sinistro.

7.6. Os reparos poderão ser feitos em oficinas terceirizadas e credenciadas pela seguradora, desde que seja autorizado pela Unifei.

7.7. A Unifei reserva o direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela Contratada estão compatíveis com os de mercado;

7.8. O valor de mercado referenciado nesta solicitação de serviço foi estabelecido com base nos valores da tabela FIPE, sendo que em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela adotada por ocasião da contratação do seguro, será adotada a tabela da “revista quatro rodas” ou a tabela Molicar.

7.9. Fica entendido que, para fins de remissão, tais tabelas serão chamadas de tabelas substitutas;

7.10. Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não superior a 90 dias a contar data de seu recebimento pelo contratante, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

7.11. Aplicam-se as disposições da SUSEP, nos casos em que não contrariar as disposições contidas no preâmbulo do edital.

7.12. O aviso de sinistro será realizado por meio do condutor do veículo ou responsável pela frota da Unifei, por meio de telefonema à Central da seguradora, em número que deverá constar em cartão, a ser distribuído pela seguradora em quantidade equivalente ao de veículos segurados.

7.13. O prazo para atendimento ao veículo sinistrado que necessitar de guincho ou encontrar-se vulnerável, de modo a expor o patrimônio a outros riscos, como o de arrombamento, será de até 2 (duas) horas e o prazo para atendimento ao veículo que necessite de encaminhamento à oficina para reparos será de até 2 (dois) dias úteis.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A fim de acompanhar, fiscalizar e aferir a execução do contrato, serão nomeados pela Contratante, gestor e fiscal do contrato, e, se necessário, um fiscal técnico.

8.1.1. Os atores supracitados terão suas competências atribuídas pelo art. 40 da IN nº 5/2017



do MPDG e assessorados pelo Manual de Fiscalização da AGU.

8.1.2. Os mecanismos de comunicação entre a Contratante e a Contratada serão por meios formais sejam eles via Carta ou e-mail, sendo admitidas as comunicações por ligações telefônicas referentes aos chamados de emergência.

8.2. Os serviços prestados serão acompanhados e aferidos pelos Fiscais e Gestor, para efeito de pagamento, em relação à qualidade da execução.

8.2.1. Para aferição e acompanhamento dos prazos de execução, os atores supracitados deverão utilizar o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO como medidores do nível de serviço conforme abaixo especificado:

8.2.2. O indicador, apresentado a seguir, refere-se à medição da Contratante pelos prazos de emissão das apólices de seguros pela Contratada.

INDICADOR	
Nº 01 Prazo de Atendimento na emissão das apólices	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir um atendimento efetivo na emissão das apólices de seguro
Meta a Cumprir	Até 05 dias úteis após a emissão do empenho
Instrumento de Medição	Horas excedentes após os 05 dias úteis após emissão do empenho
Forma de Acompanhamento	Por planilha
Periodicidade	Período de emissão das Apólices
Mecanismo de Cálculo	A cada emissão de apólice será verificado o número de dias que excederam o prazo estipulado (05 dias úteis) = X
Início de Vigência	Imediatamente após a assinatura do contrato
Faixas de Ajuste de Pagamento	X < 6 dias úteis - pagamento integral do valor da apólice 5 < X < 10 dias úteis – pagamento em 90% do valor da apólice X > 10 dias úteis – pagamento em 80 % do valor da apólice
Sanções	Glosa em fatura e demais sanções previstas neste Termo de Referência

8.3. As apólices de seguro serão recebidas definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias corridos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.3.1. O gestor do contrato analisará a apólice apresentada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.



8.3.2.0 gestor ao emitir o recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Cartão de seguro para cada veículo constante da apólice.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.2. Necessidade de emissão de apólice de seguro para 16 veículos oficiais, em um período de 12 meses.

10.3. As apólices de seguro devem contemplar as coberturas mínimas descritas no Termo de Referência.

10.4. As apólices serão emitidas com base nos Estudos Técnicos Preliminares, e nos normativos regidos pela SUSEP.

10.5. Os veículos a serem assegurados não são de uso policial e/ou escolta armada.

10.6. Os veículos a serem assegurados não são blindados.

10.7. Os veículos ficam estacionados/guardados em garagem coberta.

10.8. O campus Unifei Itajubá possui vigilância 24hs.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio



órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;



- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de



cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

12.24. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

12.25. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

12.26. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12.27. Emitir a apólice de seguro conforme os normativos preconizados pela SUSEP.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade



pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto neste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.



15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários,



devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura



apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo



por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

19.1.1. Por se tratar de um serviço prestado por demanda, o risco de não atendimento do serviço



é baixo e o valor a ser contratado não é um valor significativo para solicitação de garantia de execução.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze)** dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,5% (cinco décimo por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida; e

20.2.2.4. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor do contrato
2	0,4% sobre o valor do contrato
3	0,8% sobre o valor do contrato
4	1,6% sobre o valor do contrato
5	3,2% sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de



atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. *As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou, ainda, quando for o caso, serão inscritas na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.*

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer a respeito de serviços executados com as seguintes características mínimas:

21.3.1.2 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.



21.3.2 Registro ou inscrição da empresa licitante na Superintendência de Seguros Privados, em plena validade;

21.3.3 Certidão de Regularidade junto à SUSEP, sem ocorrências de pendências.

21.3.4 Certidão de Administradores junto a SUSEP.

21.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço por grupo.

21.5 As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital.

22. Capacidade Técnica

22.1 Conforme itens acima.

23. Capacidade Técnica-Profissional: Não será exigida.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.1 Os preços máximos aceitáveis para a contratação são aqueles apresentados na tabela especificada neste Termo de Referência.

25 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1 As despesas para atender ao objeto deste Termo de Referência estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de **2022** na classificação abaixo:

Fonte: 8100 000000

Programa de Trabalho: 169416

Elemento de Despesa: 33.90.39

Subelemento de Despesa: 69

22. INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

- ANEXO I – Estudos Preliminares;
- ANEXO II – Mapa de Riscos;
- ANEXO III – Modelo de Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

Itajubá, 30 de maio de 2022

Emerson Luciano dos Santos

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo este Termo de Referência

Daniel Ribeiro dos Santos Silva

Diretor da DSG



Estudo Técnico Preliminar - 69/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 23088.016016/2022-31

2. Descrição da necessidade

Justifica-se a necessidade da contratação tendo em vista que os veículos constantes da contratação pretendida integram a frota oficial da Unifei, Campus Itajubá sendo utilizados exclusivamente, na execução das atividades institucionais voltadas ao transporte de servidores, alunos e materiais. Nesse sentido, a contratação de seguro veicular visa tanto proteger o patrimônio da Unifei, como também respaldá-la caso a mesma seja responsabilizada em algum incidente envolvendo seus veículos. Ademais, este tipo de seguro abrange o serviço de assistência 24 horas ao veículo e seus ocupantes em caso de pane ou sinistro.

3. Área requisitante

Diretoria de Serviços Gerais

Responsável: Daniel Ribeiro dos Santos Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

(Requisitos necessários para o atendimento da necessidade): A empresa contratada deverá cumprir os normativos expedidos pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) para a emissão das apólices de Seguro.

1.1.

1.1.1 (critérios e práticas de sustentabilidade): Foi consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – 4ª Edição da AGU porém não foram encontrados critérios de sustentabilidade aplicáveis a este objeto.

1.1.2 (duração inicial do contrato): 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

1.1.3 (eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas): não se aplica.

1.1.4 (quadro com soluções de mercado)

1.2 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

1.3 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

1.4 A contratada deverá emitir apólice de seguros no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da nota de empenho.

5. Levantamento de Mercado

A equipe de contratação foi ao mercado e verificou como o mesmo se comporta em relação ao serviço de seguro total para frota oficial, sendo que a contratação global se mostra eficiente para o ganho de escala.

6. Descrição da solução como um todo



Prestação do serviço de seguro para os veículos da frota da Unifei, campus Itajubá. Não haverá utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, uma vez que a prestação do serviço não necessita de disponibilização e/ou locação de mão de obra no local onde se encontram os veículos da frota. O serviço será contratado com base na quantidade de veículos a ser segurado, estabelecendo o valor global, a partir do somatório dos prêmios individualizados de cada veículo, devendo ser observadas todas as coberturas e serviços previstos na contratação.

Não se vislumbra outra solução de mercado afora a terceirização para prestação indireta do serviço, visto que tais serviços não podem ser prestados diretamente pela própria Unifei. No caso de prestação indireta do serviço, identificam-se as hipóteses: Contratação por empreitada global, ou seja, para a totalidade dos veículos da frota para coberturas estipuladas no Termo de Referência, com valor da franquia máxima fixado pela Administração; O valor global do objeto será o somatório dos valores de prêmio individualizado por veículo; No caso de ocorrência de sinistro, a seguradora indenizará a Administração de acordo com cada tipo de cobertura prevista, com pagamento de franquia pela Administração, caso necessário, além de cobertura adicional de assistência 24 horas, socorro mecânico, reboque ou transporte de veículo e transporte de pessoas. Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formas usuais de contratação do serviço de seguro de veículos, para o qual o mercado está preparado. Logo, a solução que atende aos interesses da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços para ofertar seguro total para os veículos da frota oficial da UNIFEI com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24h (vinte e quatro horas).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem contratadas estão fundamentadas no quantitativo de veículos oficiais em operação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 26.880,61

Estimativa do valor da contratação: R\$ 26.880,61

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se verifica a viabilidade de parcelamento da solução, considerando a natureza do objeto da contratação. A adjudicação por grupo tende a propiciar contratações mais vantajosas, gerando economia de escala, quando comparada à adjudicação por item. A

adoção de grupos não afeta a integridade do objeto pretendido e sim visa à perfeita execução do mesmo, já que se fosse adotada a divisão por itens, incorreria na possibilidade de várias empresas vencerem o certame, tornando a gestão dos contratos, tecnicamente, mais dispendiosa e ineficiente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Foram consultadas as seguintes contratações:



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022 (SRP)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO CAMPUS RECIFE PREGÃO ELETRÔNICO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022 (Processo Administrativo n.º 23295.006718.2021-18)

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações: 2022 da Unifei sob o número 1309

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Proteção do patrimônio da Unifei, como também respaldo caso a mesma seja responsabilizada em algum incidente envolvendo seus veículos. Ademais, este tipo de seguro abrange o serviço de assistência 24 horas ao veículo e seus ocupantes em caso de pane ou sinistro.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas, pois a instituição está, administrativamente, preparada para gerenciar e fiscalizar a contratação pretendida.

14. Possíveis Impactos Ambientais

não se aplica.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme dados do presente estudo

16. Responsáveis

EMERSON LUCIANO DOS SANTOS
Coordenador de Transportes

LUCIANO MACHADO MARQUES PAIVA
Assistente em Administração



ANEXO II - MAPA DE RISCOS

RISCOS	FASE DE ANÁLISE			
	OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro total para os veículos da frota oficial da Universidade Federal de Itajubá, Campus Itajubá, com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24h (vinte e quatro horas), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. (X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato			
01	Descrição: Participação de licitantes sem qualificação técnica e econômica para realizar os serviços.			
	Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
	Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
	Dano: Contratação deficiente, não cumprindo as necessidades da Administração, trazendo, em consequência, prejuízos nos trabalhos administrativos e acadêmicos.			
	Ação preventiva: Elaboração do Termo de Referência, prevendo a exigência de qualificação técnica e econômica da possível contratada.			
	Responsável: Órgão requisitante.			
	Ação de Contingência: Pesquisa em outros órgãos que já realizaram esse tipo de serviço, para levantamento das dificuldades encontradas na escolha do fornecedor.			
02	Descrição: Participação de licitante distante de Itajubá.			
	Probabilidade:	() Baixa	() Média	(X) Alta
	Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
	Dano: Possibilidade de não realização dos serviços.			
	Ação preventiva: Elaboração do Termo de referência, prevendo quais serão as condições de execução do objeto (cronograma) e forma de pagamento, forma de medição do serviço.			
	Responsável: Órgão requisitante.			
	Ação de Contingência: Contatar a licitante, quando da análise da proposta, de forma a confirmar seu conhecimento de todas as condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.			
03	Descrição: Licitação fracassada (preços acima do máximo admitido pela UNIFEI).			
	Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
	Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
	Dano: Não contratação e execução dos serviços no período planejado, prejudicando as atividades administrativas e acadêmicas.			
	Ação preventiva: Realizar ampla pesquisa de mercado.			
	Responsável: Agente de Compras (*)			
	Ação de Contingência: Criticidade nas pesquisas de preços realizadas.			



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Diretoria de Compras e Contratos - DCC

	Responsável: Agente de Compras.			
RISCOS	FASE DE ANÁLISE			
	OBJETO: Contratação de serviço terceirizado de transporte de cargas (Mudança).()			
	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
	(X) Gestão do Contrato			
01	Descrição: Participação de licitantes sem qualificação técnica e econômica para realizar os serviços.			
	Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	(X) Alta
	Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
	Dano: Contratação deficiente, não cumprindo as necessidades da Administração, trazendo, em consequência, prejuízos nos trabalhos administrativos e acadêmicos.			
	Ação preventiva: Elaboração do Termo de Referência, prevendo a exigência de qualificação técnica e econômica.			
	Responsável: Órgão requisitante.			
	Ação de Contingência: Pesquisa em outros órgãos que já realizaram esse tipo de serviço, para levantamento das dificuldades encontradas na escolha do fornecedor.			
	Responsável: Órgão requisitante.			
02	Descrição: Participação de licitante distante de Itajubá.			
	Probabilidade:	() Baixa	() Média	(X) Alta
	Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
	Dano: Possibilidade de não realização dos serviços.			
	Ação preventiva: Elaboração do Termo de referência, prevendo quais serão as condições de execução do objeto (cronograma) e forma de pagamento.			
	Responsável: Órgão requisitante.			
	Ação de Contingência: Contatar a licitante, quando da análise da proposta, de forma a confirmar seu conhecimento de todas as condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.			
	Responsável: Órgão requisitante.			
03	Descrição: Licitação fracassada (preços acima do máximo admitido pela UNIFEI).			
	Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
	Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
	Dano: Não contratação e execução dos serviços no período planejado, prejudicando as atividades administrativas e acadêmicas.			
	Ação preventiva: Realizar ampla pesquisa de mercado.			
	Responsável: Agente de Compras (*)			
	Ação de Contingência: Criticidade nas pesquisas de preços realizadas.			
	Responsável: Agente de Compras.			



ANEXO III – Instrumento de Medição de Resultado – IMR

O objetivo do instrumento é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório.

Indicador	
ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento dos serviços relacionados no Termo de Referência.
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados e adequados à perspectiva da Administração.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo abaixo indicado.
Forma de acompanhamento	Realização mensal de CheckList, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	$\% \text{ de serviços adequados executados dentro do mês de referência (total de serviços adequados executados dentro do mês de referência / total de serviços solicitados dentro do mês) } * 100$
Início de Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	- 95% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura - 90% a 94,9% dos serviços = recebimento de 95% da fatura - 85% a 89,9% dos serviços = recebimento de 90% da fatura - 75% a 84,9% dos serviços = recebimento 80% da fatura
Sanções	Abaixo de 75% dos serviços – conforme previsão em Edital e legislação vigente.
Observações	-



ANEXO – Minuta de Termo de Contrato

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/XXXX

**TERMO DE CONTRATO Nº/...., QUE
FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A
EMPRESA**

A Universidade Federal de Itajubá, com sede na Av. BPS, 1303 – Bairro Pinheirinho, na cidade de Itajubá/MG, CEP 37500-903, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 21.040.001/0001-30, neste ato representada por seu representante legal, Prof. Rero Marques Rubinger, Pró-Reitor de Administração, CPF nº ***.125.496-**, nomeado pela portaria nº 378/2021, de 24/02/2021, publicada no Diário Oficial da União em 01/03/2021, com competência delegada pela portaria nº 541/2021, de 15/03/2021, publicada no Diário Oficial da União em 17/03/2021, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) do CPF nº ***.XXX.XXX-**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E PREPOSTOS

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro total para os veículos da frota oficial da Universidade Federal de Itajubá, Campus Itajubá, com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24h (vinte e quatro horas), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Para gerir este contrato, fiscalizando e acompanhando sua execução, por parte da CONTRATANTE, e durante sua vigência e prorrogação, se houver, estão designados, através da portaria nº XXX de XXXX, os servidores XXXXXX - SIAPE XXXXXX e XXXXXX - SIAPE XXXXXX, doravante denominados Fiscal e Fiscal Substituto do Contrato.

1.4. Para gerir este contrato, fiscalizando e acompanhando sua execução, por parte da CONTRATADA, e durante sua vigência e prorrogação, se houver, está legalmente designado o Sr. XXXXXX, CPF ***.XXX.XXX-**, doravante denominado Preposto.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, **com início em 06/08/2022 e término em 06/08/2023**. O Termo de Contrato terá seu extrato publicado no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos::



- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A contratada deverá emitir apólice de seguros com vigência de 06/08/2022 a 06/08/2023.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1 O valor total da contratação, correspondente a 12 (doze) meses, é de R\$...... (....)
- 3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

UASG: 153030

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Nota de Empenho:

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO



8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou



supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

15.1. As PARTES declaram que estão cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis e constantes da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e se comprometem a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como por seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, que os Dados Protegidos sejam utilizados na extensão autorizada na referida legislação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Itajubá - MG, de de 20.....

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

Rero Marques Rubinger
Pró-Reitor de Administração

XXXXXXXXXX
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF: ***. _____. _____. - **

Nome:
CPF: ***. _____. _____. - **